



Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1981 QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Carlos Zanolorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, presentes ainda diversas autoridades civis, militares e eclesiásticas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Solene, em que será homenageado o Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

Para recebê-lo e acompanhá-lo até este plenário, Sua Excelência o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, Chefe da Casa Civil, representando Sua Excelência o Governador Ney Braga e o nosso homenageado, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério, Werner Wanderer e Basílio Zanusso.

Suspendo a Sessão por alguns instantes até a chegada de Suas Excelências.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão.

Esta Presidência tem a honra de comunicar a composição da Mesa.

Excelentíssimo Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, Chefe da Casa Civil e representante de Sua Excelência o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, nosso homenageado;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e representante de Sua Excelência o Sr. Heliantho Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado,

Excelentíssimo Senhor Leodegard de Almeida Taques, representante de Sua Excelência o Sr. José Hosken de Novaes, Vice-Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel Luiz Ferreira Gomes Molinari, representante de Sua Excelência o Senhor Brigadeiro do Ar José Ruy Alvarez, Comandante da Escola de Oficiais da Aeronáutica;

Reverendíssimo Monsenhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba,

Excelentíssimo Senhor Deputado Fuad Nacli, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do nosso Estado.

(É executado o Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura do Diploma de Cidadão Benemérito do Paraná, com que é agraciado o Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

(Lê o Diploma).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Tenho a honra de convidar Sua Excelência o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, Chefe da Casa Civil, Representando Sua Excelência o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga - Governador do Estado, que faça a entrega do Diploma de Cidadão Benemérito ao ilustre homenageado.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — (Entrega o Diploma).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para falar em

nome deste Poder Legislativo e enaltecer as qualidades do homenageado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

Excelentíssimo Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, Chefe da Casa Civil, Representante de Sua Excelência o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Representante de Sua Excelência o Senhor Helianto Guimarães Camargo;

Excelentíssimo Senhor Leodegard de Almeida Taques, Representante de Sua Excelência o Sr. José Hosken de Novaes, Vice-Governador do Estado do Paraná,

Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel Luiz Ferreira Gomes Molinari, Representante de Sua Excelência o Sr. Brigadeiro do Ar José Ruy Alvares - Comandante da Escola de Oficiais da Aeronáutica;

Reverendíssimo Monsenhor Vicente Vítola, Representante de Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba,

Excelentíssimo Senhor Deputado Fuad Nacli, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Dácio Leonel, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Os povos honraram sempre, em todos os tempos, os seus filhos mais ilustres e mais capazes. Panteões, obeliscos, bustos, estátuas, logradouros públicos estão perpetuando a memória dos que serviram à Pátria.

O Paraná também sabe imortalizar quantos, nascidos ou não em seu seio, exaltam-no e engrandecem-no. E a Assembléia Legislativa, somatório da vontade do povo paranaense, se erige, em ocasiões tais, como o altar da glorificação perene.

Estamos reunidos, no dia de hoje, para render justo tributo de apreço e de admiração a um nobre filho de Irati, terra abençoada e fértil em inteligências rutilantes. Trata-se do Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, uma das mais conspícuas figuras do Poder Judiciário, eleito, em julho último, Vice-Presidente e Corregedor da Justiça Eleitoral em nosso Estado.

Cultura polimorfa e caráter retilíneo, o Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento preferiu sem-

pre ocultar-se sob a modéstia. Não desejava a proclamação de seus feitos, nem o público reconhecimento dos seus méritos. Tivemos de vencer sua resistência, e ei-lo, hoje, entre nós, nesta Casa de Leis, para receber, enfim, o honroso título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, conferido pela Lei Estadual n.º 7.255, de 29 de novembro de 1979.. Custou, mas veio. E veio para saber quanto o povo paranaense o admira e o respeita. É um patrimônio valioso da nossa cultura jurídica, e exaltá-lo é exaltar, sem dúvida, o Paraná.

DADOS BIOGRÁFICOS

Filho do Sr. Alfredo Nunes do Nascimento e de sua Excelentíssima esposa, Dona Geraldina Silva do Nascimento, nasceu o hoje Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, em Irati, Paraná, a 8 de julho de 1930. Casado com a Excelentíssima Senhora Dona Leoni Idazina Fila do Nascimento, tem do seu feliz matrimônio as gentis filhas Margareth de Fátima Nascimento da Costa Schon, casada com o Sr. Márcio Celso da Costa Schon, Giovanna Beatriz Nunes do Nascimento, casada com o Sr. Sérgio Augusto de Munhoz Pitaki, e Vanessa Christina Nunes do Nascimento. Enriquecem o seu lar os buliçosos netos Paulo Augusto do Nascimento Schon e Viviane Christina do Nascimento Schon.

Ao vir estudar em Curitiba, ingressou, como funcionário, em 1947, no Banco Paulista do Comércio S.A., e, após servir à Pátria, como reservista da 1a. Categoria, na Base Aérea local, voltou às atividades de bancário, em 1950, no Banco Brasileiro de Descontos S.A., ainda em nossa Capital.

O JURISTA

Aluno da Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Paraná, desde 1950, ocupou, em 1951, o modesto cargo de servente do Quadro da Justiça, com lotação na 4a. Vara Criminal de Curitiba. Já em 1952, funcionou como Oficial de Justiça da 2a. Vara da Fazenda Pública. Mostrou-se um fiel cumpridor dos deveres funcionais, sem deixar de inspirar-se nos sentimentos de bondade e solidariedade humana.

Diplomado Bacharel em Direito, na mesma Faculdade, em 1954, conseguiu, no ano seguinte, inscrição provisória na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná. Viu-se nomeado Promotor Público interino para a Comarca de União da Vitória, e foi compelido a emprestar as luzes do seu saber jurídico, ainda como Promotor Público interino, às Comarcas de Irati, sua terra natal, Bela Vista do Paraíso e Cascavel.

Habilitado em concurso, trocou de carreira, sendo então, nomeado Juiz Substituto do Quadro da Justiça

na Comarca de União da Vitória, e serviu, igualmente, nas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Araongas, Araruva, Porecatu, Astorga, Araucária, Colombo, Cerro Azul e Campo Largo.

Ingressou efetivamente na Magistratura ao tirar o 1.º lugar no Concurso de 1957, para Juiz de Direito da 1a. Entrância, iniciando a carreira pela Comarca de São Jerônimo da Serra, tempo sido removido, por merecimento, no ano seguinte, para a de Bela Vista do Paraíso. E ainda por merecimento teve remoção, em 1959, consecutivamente, para as comarcas de Araruva e Andirá, e, com a elevação desta última, foi promovido a Juiz de 4a. Entrância. O ano de 1960 assinalou sua promoção, por merecimento, para Juiz na Capital do Estado, onde, em 1966, por merecimento, foi promovido para o cargo de 1.º Juiz de Direito Substituto de Curitiba. Passou a exercer o cargo de Juiz Titular da 5a. Vara Cível, nesta Capital, sendo que em 1970, nomearam-no, por merecimento, Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, no qual, em 1976, foi eleito, por unanimidade de votos, Vice-Presidente, e Presidente, também por unanimidade, em 1978.

A Desembargadoria lhe veio às mãos, por merecimento, em 1979, e, a 26 de julho último, foi eleito para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, ocupando as funções de Vice-Presidente e Corregedor da Justiça Eleitoral.

AÇÃO EXTERNA

Com projeção cada vez maior entre seus pares, o Doutor Cláudio Nunes do Nascimento integrou, em 1969, como Representante do Poder Judiciário, a Comissão para adaptação da Constituição Estadual à Federal, como, em 1980, fez parte, como membro, da Comissão que elaborou a nova Divisão Judiciária do Paraná.

Coordenou, em 1975, o IV ENCONTRO DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA DO BRASIL, levado a efeito em nossa Capital; e, no mesmo ano, representou o Paraná no Simpósio de Processo Civil, realizado em Curitiba. Tomou parte saliente, em 1978, no X SEMINÁRIO REGIONAL DA MAGISTRATURA PARANAENSE, em Paranaguá, e no I CONGRESSO ESTADUAL DA MAGISTRATURA, em Curitiba.

O PROFESSOR

De linguagem fluente e rica, auxiliada por vastos cabedais de saber jurídico, o então Juiz de Direito de 1a. Entrância ingressou no Magistério passando a lecionar, de 1960 a 1966, no Colégio Comercial Estadual "Euclides da Cunha", de Andirá, as disciplinas de Legislação aplicada, elementos de economia e Direito Usual.

Ao sentir que o ensino era outra faceta de sua vocação, exerceu, a convite, o cargo de Professor da Faculdade de Direito do Vale do Iguaçu, em 1972, e, no ano seguinte, ocupava, na Faculdade de Direito de Curitiba, as cadeiras de Organização Judiciária, Direito Processual Penal e Teoria Geral do Processo, tendo aí permanecido até 1979. O ano de 1974 ficou marcado pela sua presença, como Professor de Direito Penal, na Academia Policial Militar de Guatupê, e, como Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, onde continua, e onde, em 1977, foi "nome de turma dos bacharelados, como foi, naquele ano, Paraninfo dos Espadins da Academia Militar de Guatupê". A Universidade Católica lhe prestou, em 1980, outra merecida homenagem, ao escolhê-lo patrono dos bacharelados.

CULTOR DE LETRAS JURÍDICAS

O Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento deu poderosa contribuição à ciência jurídica, em nosso País, através da publicação de obras de reconhecido valor. Estreou, em 1968 com a Monografia "RETRO-VENDA", divulgada nos jornais paranaenses. Voltou com "EXECUÇÃO FORÇADA", em 1974, Edição da Saraiva, de São Paulo, e distribuída em todo o território Nacional. Brindou, em 1975, as Letras Jurídicas com "TEORIA GERAL DO PROCESSO", editada pela Faculdade de Direito de Curitiba.

São obras avidamente procuradas por estudantes, Advogados e Juízes, porque fontes honestas e seguras, a orientar os que as estudam, como a luz do farol, no mar, em noite escura.

O CONFERENCISTA

Aliou o Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento a sua condição de Professor à de Conferencista Emérito, com numerosos e atentos auditórios.

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, Sub-Seção de Cascavel, o convidou, em 1975, para fazer Conferência sob tema "PROCESSO DE EXECUÇÃO", e, em Cambará, em 1976, proferiu outra, sob o tema "MECÂNICA DO PROCESSO CIVIL", à luz do Código de 1973, em 1977, vamos encontrá-lo a realizar conferência, em Maringá, sobre "INovações Processuais do Novo Código", e, na Faculdade de Direito de Curitiba, sobre "FRAUDE DE EXECUÇÃO". O I Congresso dos Juízes do Amazonas fez-lhe convite, em 1979, para uma Conferência, em Manaus, sobre "AS ASSOCIAÇÕES DOS MAGISTRADOS E SUA IMPORTÂNCIA REPRESENTATIVA". Voltou a Maringá para falar sobre "O julgamento conforme o Estado do Processo", Em 1980, e, este ano, fez duas Conferências em Para-

navafe em Umuarama, na primeira cidade, o tema "Execução Forçada".

DISTINÇÕES

Homem inteiramente devotado ao estudo jurídico, o Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento não consegue fugir ao assédio de amigos, discípulos e admiradores que insistem em homenageá-lo. Assim, em 1955, a Câmara dos Vereadores de Bela Vista do Paraíso, lhe consignou um voto de louvor em face da intensa atividade cultural lá exercida. A Câmara Municipal respectiva lhe concedeu, em 1970, o título de Cidadão Honorário de Andirá, sob os aplausos gerais da população reconhecida. Quando do lançamento da consagrada obra "Execução Forçada", consignaram-se votos de louvor e de congratulações na Câmara Municipal de Curitiba, na Associação dos Magistrados do Paraná e na Procuradoria Geral da República do Amazonas, e aqui mesmo, nesta justiciera Assembléia Legislativa, no ano de 1975, recebeu o Título de "Grande Benemérito da Loja Maçônica de Sertãoópolis", e em 1980, o de Sócio Honorário da Associação dos Magistrados do Amazonas.

CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ

Há vidas que se caracterizam pela fecundidade de suas realizações. A do Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento está pontilhada de ações esplêndidas, mormente no campo do Direito. É um guia e um mestre.

Se tantas escolas, se tantas outras entidades do Paraná e do Brasil lhe vêm prestando honrarias sem conta, produto de acurado senso de justiça, esta Assembléia Legislativa não poderia permanecer apática, indiferente. Tratou pois, de ombrear-se com as demais instituições e, através da Lei Estadual nº 7255, de 29 de novembro de 1979, lhe concedeu o Título de Cidadão Benemérito do Paraná.

A modéstia do homenageado retardou, por dois anos, o momento jubiloso da entrega do diploma de honra. Fazemo-lo neste instante, com o coração a pulsar de alegria e de gratidão.

Receba, nobre Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, a láurea tão expressiva. Receba-a, cercada de admiração e do afeto de todos nós, representantes do povo paranaense.

O Paraná louva o trabalho profícuo de Vossa Excelência, e quer que a posteridade continue a conhecê-lo pelo muito de grandioso que realizou em prol da nossa terra e da nossa gente.

Muito obrigado por tudo o que fez, cidadão Benemérito do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Com muita honra e satisfação, concedo a palavra ao Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, nosso ilustre Cidadão Benemérito.

O SR. CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO — Excelentíssimo Sr. Deputado João Mansur, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, DD. Chefe da Casa Civil e representante de Sua Excelência o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Conceição Machado, DD. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, representando Sua Excelência o Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Excelentíssimo Sr. Hildegard de Almeida Taques, DD. representante de Sua Excelência o Sr. Dr. José Hosken de Novaes, Vice-Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Tenente-Coronel Luiz Ferreira Gomes Molinari, representante de Sua Excelência o Sr. Brigadeiro do Ar, José Rui Alvarez, Comandante da Escola de Oficiais da Aeronáutica; Reverendíssimo Monsenhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Deputado Fuad Nacli, DD. 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Jurandir Messias, Deputado que teve a iniciativa da proposta do título que ora com muita honra recebo; Srs. Deputados do meu querido Estado do Paraná; Colegas Desembargadores que aqui me honram e me prestigiam com as suas presenças; Colegas Juízes do Tribunal de Alçada; Colegas Juízes do 1º Grau de Jurisdição; Colegas Advogados que militam no Foro desta Comarca e nas Comarcas que aqui estão presentes; Colegas Funcionários e Serventuários da Justiça; Colegas Alunos da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná; meus parentes que aqui comungam comigo da emoção deste momento, Leoni, minha esposa querida; minhas filhas e meus genros; meus Senhores; minhas Senhoras.

(Lê): "Existem coisas maravilhosas nesta vida, que não se procura, não se pede e não se recusa. Uma delas é este honrosíssimo título de "Cidadão Benemérito do Paraná".

Eu como não o atribuo a nenhuma ação minha excepcional, além daquelas compreendidas no amor à família, na dedicação ao próximo, na constância do trabalho e no estremecimento à Pátria, tomo-o como legítima homenagem dos Poderes Legislativo e Execu-

vo ao Judiciário, ao qual pertence, porque só assim compreendo a razão de tão dignificante honraria.

Vejo a iniciativa como auspiciosa realização do princípio constitucional da independência e, em especial, da harmonia entre os poderes da República, tal como consagrado pelo artigo sexto da Constituição Federal, em cuja Carta, não obstante a fidelidade ao sistema de "freios e contrapesos" que a orienta, ficou o realce à mencionada harmonia, agora vivida nesta manifestação soberana dos poderes que a realizam.

O agigantamento valorativo do exercício harmônico das funções governamentais, cresce de importância na medida em que nos apercebemos da gravidade da situação atual.

Vivemos um momento histórico na evolução institucional do Brasil, um momento de transição rumo à consolidação democrática do País.

A Nação reclama, pois, de todos nós, alto senso de responsabilidade na condução dos negócios públicos e, em especial, de Vossas Excelências, Srs. Deputados, e de todos os políticos militantes, num esforço comum, coeso e homogêneo com o Governo Central da República, no sentido de construir condições concretas para a realização da abertura política, ao fim da consecução plena do objetivo almejado por todos os brasileiros: a consolidação definitiva do regime democrático.

Procuramos e desejamos a liberdade, mas a liberdade responsável, para que não se confunda democracia com anarquia e se consiga, verdadeiramente o bem comum e não o bem de um ou de alguns.

Daí o porque da cessação do direito de um, onde começa o direito do outro.

Nas palavras de Gibran Kalin Gibran, "a vida sem liberdade é como um corpo sem alma e a liberdade sem pensamento é como um espírito confuso" ("Sabedoria", p. 71).

Perdura desde 1897, na "Conferência da Bahia" a imorredoura alocução de Ruy Barbosa: "Liberdade, entre tantos que te trazem na boca sem te sentirem no coração, eu posso dar testemunho de tua identidade definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo de minha consciência, eu te vejo incessantemente como estrela no fundo obscuro do espaço" (na "Estância Clássica", vol I, p. 71).

Também na pena de José Jappur: "Pela liberdade partimos as cadeias férreas do determinismo inflexível, que prende todo o mundo físico. Pela liberdade entramos na vida superior, vida do espírito, onde se encontram as realidades sublimes do dever e da virtude, da dedicação e do sacrifício, do heroísmo e da santidade. Pela liberdade colaboramos com Deus, na reali-

zação magnífica do seu plano criador. Não somos como a flor que realiza o seu ideal na cegueira de uma inconsciência sem remédio", citando Leonel Franca. E mais: "Não há moral sem liberdade. Quando falta a liberdade, não se faz a distinção entre o bem e o mal. O homem é vontade livre, porque só ele é espírito. É o único sujeito moral, fazendo-se pessoa. Então, quem nega a liberdade, nega o homem. Paul Janet advertia: "Suprimi a liberdade e entre a lei física e a moral já não haverá diferença; e, desaparecendo a lei do dever, mandai celebrar as exéquias da moral". Santo Agostinho frisava, de igual forma: "Suprimir a liberdade é destruir pela base toda a vida moral". Emile Feguet também observava com a mesma ênfase: "Todo o filósofo que não crê na liberdade e escreve u'a moral, está em perpétua contradição". A liberdade, todavia, é uma força que dirige outras forças, não estando no mistério a sua origem, como quer Kant. Sua raiz está na razão. Somos livres porque somos racionais. É tese conhecida, preconizada por Santo Thomaz de Aquino: "Totius libertatis radix est igitur in ratione constituta". E prossegue: "A liberdade autêntica traz consigo o jugo da verdade". Na Bíblia está escrito: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". "Eu sou livre de tudo que sei", escreve Spinoza, "e eu sou escravo de tudo que ignoro". Falso o determinismo materialista que elimina do homem o elemento espiritual; o racionalismo que o reduz a uma simples razão natural; o determinismo psicológico, suprimindo o livre arbítrio. A determinação a um fim é a normativa da liberdade na consecução de seus deveres e direitos, em busca dos valores da pessoa, para atingir o valor supremo que é Deus".

Eis, Senhores Deputados, Ildimos representantes do povo do Paraná, deste celeiro do Brasil, a grande responsabilidade que pesa principalmente sobre os vossos ombros e dos demais homens detentores do destino político de nossa terra e de nossa gente: conduzir a nau do País com bom senso, equilíbrio e amor à coisa comum, até o porto seguro da democracia plena, fulcrada na liberdade responsável. Este é o caminho, o único caminho. Sim, porque "a política é a higiene dos países moralmente sadios. A politicalha, a malária dos povos de moralidade estragada". (Ruy Barbosa).

Prevaleço-me da oportunidade, histórica para mim, do recebimento, de tanta significação, do título de "Cidadão Benemérito do Paraná", para colocar à apreciação dos Poderes constituídos do Estado a amenização urgente da aflição por que passam dois segmentos da nossa sociedade: os presos das penitenciárias e os presos dos abrigos de menores.

Peço aos governantes que volvam seus olhos para estes miseráveis que vivem na sombra do nosso esquecimento.

A população carcerária de Curitiba, ao final do terceiro trimestre deste ano, era de duas mil, trezentas e quatro pessoas, comprimidas na Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Prisão Feminina, Colônia Penal Agrícola, e Manicômio Judiciário. A capacidade máxima desses estabelecimentos no entanto, é de mil e quinhentos presos, havendo pois um excesso de oitocentas pessoas nessas instituições. Daí o porque do fato denunciado pelo Dr. Mário Andrade Fortes Alcântara, em carta a mim dirigida, dando conta do fato de que um presidiário, do Presídio do Ahú, fora violentado por três vezes, sendo forçado a tomar banho antes de cada ato, em caso que evidentemente não é o único nem é raro nas prisões de nossa terra.

Doutro lado, os abrigos de menores, ao invés de meio de formação sadia, têm sido verdadeiras escolas de delinquência, saindo deles os assaltantes, os arrombadores, os marginais, que constantemente põem em sobressalto as famílias constituídas, pelos mesmos motivos da superpopulação e da falta de pessoas qualificadas, em número suficiente para atender à demanda da necessidade.

Apelo pois, ao Sr. Governador do Estado e aos Srs. Deputados, que antes mesmo da reforma do sistema penitenciário brasileiro, destinada a provê-lo de capacidade para absorver a clientela de sua atribuição, atentem já, imediatamente, com providências prontas e eficazes, para a amenização do problema, com a construção de novas e amplas penitenciárias espalhadas por todo o Estado; capazes de atender, com sobras, a população carcerária, e novos e amplos abrigos de menores, também espalhados por todo o Estado, igualmente capazes de atender o número sempre crescente dos menores abandonados. Não basta, entretanto, a construção destes novos prédios, embora imprescindível, mas é preciso também, que se nomeie, imediatamente, mais pessoas altamente qualificadas para tratar com humanidade os presos e os menores. Nomeie-se não feitores de fazenda, mas psicólogos, sociólogos, psiquiatras para cada posto-chave de atendimento, de modo que todas as providências sejam efetivamente tomadas no sentido da recuperação dessas pessoas que, desgraçadamente, não podem conviver no meio social enquanto desviadas da conduta regular da normalidade.

Os presidiários e os menores abandonados não são párias, como aqueles "mil disputando aos cães um osso" (Raimundo Correia, "Poesias", p. 230), mas pessoas que devem e precisam ser recuperadas para a sociedade.

Tenho para mim que, em quaisquer dos casos, tanto dos menores abandonados como dos adultos delinquentes, a melhor solução, depois destes tratamentos imediatos que preconizei, é a segregação do

meio social por tempo indeterminado, sem fixação por horas, dias, meses ou anos, mas até que a pessoa esteja efetivamente recuperada, por meio de tratamento idôneo, honesto e eficaz, com infra-estrutura adequada para a consecução deste desiderato.

Penso que com este apelo escolhi o melhor meio de agradecer à sociedade, tão bem representada pelos ilustres membros do Poder Legislativo e não menos ilustre Chefe do Poder Executivo, a outorga deste título de "Cidadão Benemérito do Paraná", que me desvanece, eleva e dignifica, a mim, à minha família e a todos os meus descendentes, cuja gratidão fica sintetizada na expressão bem brasileira do "muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência agradece a presença das ilustres autoridades civis, militares, eclesásticas e demais pessoas que tanto brilhantismo deram à solenidade.

Da mesma comissão anteriormente designada, solicito que acompanhem Sua Excelência o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, Chefe da Casa Civil e representante de Sua Excelência o Sr. Governador de nosso Estado, bem como o ilustre homenageado, ao Salão Nobre, onde receberá os cumprimentos.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que, estará encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

Decretos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 376/81

revogar o Decreto Legislativo n.º 172, de 04 de maio de 1981, que autorizou JOSÉ ANTÔNIO SOARES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 27 de outubro de 1981.

(Protoc. n.º 9335)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 377/81

autorizar AYRTON FERREIRA PRECOMA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por

cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Jurandir Messias, no período compreendido entre 27 de outubro a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 82/81.

(Protoc. nº 8794).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/81

designar ROSARIA CARDOSO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de outubro de 1981.

(Protoc. nº 9391).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 379/81

designar o funcionário EDISON HEIBEL, matrícula nº 242, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço de Informação Econômica, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 19 de novembro a 18 de dezembro de 1981.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 380/81

aposentar, por invalidez, nos termos do Art. 138, combinado com os Artigos 139, 140, III, 142 e 224, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário FRANCISCO DRANKA, matrícula nº 066, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao cargo de Diretor do Departamento Legislativo, Símbolo DAS-3 (Resolução nº 53/80), acrescido de um triênio incorporado, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º, da Resolução nº 02/64, quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único do Art. 170, da citada Lei nº 6174; Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei nº 6174, de 08 de junho de 1976, e Gratificação de Produtividade, de acordo com a Lei nº 6543, de 15 de agosto de 1974.

(Protoc. nº 10117)

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/11/81

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 767/81

conceder à funcionária MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula nº 221, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias de 1980, a partir de 16 de novembro de 1981.

(Protoc. nº 9876)

PORTARIA Nº 768/81

conceder à funcionária NEUZA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 082, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1981, a partir de 01 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 9821)

PORTARIA Nº 769/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula nº 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 9551).

PORTARIA Nº 770/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de HILDA MATHIES BLANC, matrícula nº 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial referente ao quarto quinquênio, compreendido entre 22 de abril de 1977 e 22 de fevereiro de 1981, antecipado em razão da incorporação relativa ao terceiro quinquênio e das férias dos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 9111)

PORTARIA Nº 771/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA MOREIRA MA-

CENO, matrícula n.º 220, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, vencido em 07 de setembro de 1980.

(Protoc. n.º 8994)

PORTARIA N.º 772/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula n.º 079, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 14 de abril de 1976 e 14 de fevereiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio anterior e das férias referentes ao ano de 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 9457).

PORTARIA N.º 773/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EMILIA DE MIRANDA BECKER, matrícula n.º 374, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 28 de setembro de 1977 e 28 de julho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n.º 9405)

PORTARIA N.º 774/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AMADO ZONATTO, matrícula n.º 348, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional

de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 9173)

PORTARIA N.º 775/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LEONILDO MARCHIORO, matrícula n.º 376, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 10 de dezembro de 1976 e 10 de outubro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 8995).

Gabinete da Diretoria Geral, em 19/11/81

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral

PORTARIA N.º 776/81

designar os médicos, Drs. GERSON NEMES, JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO e JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, todos do Quadro de Pessoal desta Casa, para, sob a presidência do primeiro, formarem junta médica com a finalidade de cumprir o solicitado no presente protocolado.

(Protoc. n.º 10117).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23/11/81

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral

PORTARIA N.º 777/81

conceder ao funcionário EMILIO MAURO BARBOSA, matrícula n.º 310, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 19 de novembro de 1981.

PORTARIA N.º 778/81

designar MARILIS TEREZINHA VIZZOTTO ALCANTARA LOPES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, no período compreendido entre 16 de setembro a 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 8064)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/11/81

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

PORTARIA Nº 779/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de WILSON KAIEL, matrícula nº 436, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 12 de julho de 1977 e 12 de março de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1974, 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9572).

PORTARIA Nº 780/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula nº 123, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 9887).

PORTARIA Nº 781/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NILVA MARIA MORO, matrícula nº 497, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) anos, oito (08) meses e vinte e seis (26) dias, compreendidos entre 12 de junho de 1954 e 09 de março de 1961, em que prestou serviços na Prefeitura Municipal de Sapopema.

(Protoc. nº 8368).

PORTARIA Nº 782/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário HILÁRIO FREGONEZE, matrícula nº 026, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 10063).

PORTARIA Nº 783/81

designar MARIA APARECIDA BACARIM MONTALLI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 01 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 10108).

PORTARIA Nº 784/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY, matrícula nº 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, de acordo com o Art. 248 da citada Lei 6174, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 08 de setembro de 1976 e 08 de maio de 1981, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9910)

PORTARIA Nº 785/81

mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARINA CUNHA MARTINS, matrícula nº 597, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1977 e 01 de dezembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9755).

PORTARIA Nº 786/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matrícula nº 109, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 8137).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/11/81

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral